

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: s15glk5n <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 05/11/2025 Projeto de lei nº 1750/2025 Protocolo nº 11577/2025 Processo nº 3555/2025	
<b>Autor:</b> Dep. Dr. Eugênio		

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE  
INSTALAÇÃO DE COBERTURAS NOS PONTOS  
DE ÔNIBUS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS,  
COM DIMENSÕES E ESTRUTURA ADEQUADAS  
PARA ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
E MOBILIDADE REDUZIDA NO ÂMBITO DO  
ESTADO DE MATO GROSSO.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica determinado a instalação de coberturas adequadas nos pontos de ônibus municipais e intermunicipais, garantindo proteção contra intempéries e acessibilidade plena às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no âmbito do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º** As coberturas e estruturas deverão observar as normas técnicas de acessibilidade vigentes, especialmente as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 9050), além das disposições da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

**Art. 3º** Os pontos de ônibus deverão conter, no mínimo:

- I – Área coberta ampliada, com espaço suficiente para acomodar cadeirantes e acompanhantes;
- II – Rampa de acesso ou piso nivelado com o passeio público, conforme a norma técnica;
- III – Sinalização visual e tátil para pessoas com deficiência visual;
- IV – Assentos adaptados para idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

**Art. 4º** Os Municípios deverão incluir a execução desta Lei em seus Planos de Mobilidade Urbana, em conformidade com a Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, observando os princípios da universalização do acesso, inclusão social e sustentabilidade no transporte público.

**Art. 5º** A presente Lei será regulamentada pelos Poderes Executivos Municipais no prazo máximo de 180

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

(cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação, podendo ser firmados convênios, termos de cooperação ou parcerias público-privadas (PPP) para sua execução.

**Art. 6º** O Estado de Mato Grosso poderá prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios que apresentarem projetos de adequação compatíveis com os parâmetros desta Lei, conforme disponibilidade orçamentária.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa promover a acessibilidade universal e a inclusão social no transporte público, assegurando que todos os pontos de ônibus municipais e intermunicipais no Estado de Mato Grosso possuam coberturas adequadas e acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Atualmente, muitos pontos de embarque e desembarque carecem de estrutura mínima de abrigo, expondo os cidadãos às intempéries e dificultando o acesso de cadeirantes, idosos e demais pessoas com necessidades especiais.

A proposta encontra amparo legal em diversos dispositivos:

- Constituição Federal, art. 23, II e X, que estabelece a competência comum para cuidar da saúde, assistência pública e proteção das pessoas com deficiência;
- Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assegura o direito ao transporte acessível e inclusivo;
- Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), que orienta os entes federativos a promoverem o transporte público como instrumento de inclusão social e sustentabilidade.

A instalação de coberturas acessíveis é medida de respeito à dignidade humana, de cumprimento das políticas públicas de acessibilidade e de melhoria da infraestrutura urbana, contribuindo para a segurança e o bem-estar de todos os usuários do transporte coletivo.

Dessa forma, esta proposição tem como finalidade garantir condições adequadas de conforto e acessibilidade nos pontos de ônibus, reafirmando o compromisso do Estado de Mato Grosso com os princípios da igualdade, cidadania e mobilidade urbana sustentável.

Diante do exposto e pela importância da matéria aludida, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposta legislativa.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbours” em 04 de Novembro de 2025

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

**Dr. Eugênio**  
Deputado Estadual